

## Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois Guerrilha do Araguaia and the afterwards war's social memory

Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto

Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil

**Resumo:** A Guerrilha do Araguaia teve lugar nas regiões sudeste do Pará e norte do então estado de Goiás (atual Tocantins), também abrangendo terras do Maranhão, na área conhecida como 'Bico do Papagaio'. Ocorreu entre meados dos anos 1960, quando os primeiros militantes do Partido Comunista do Brasil chegaram à região, e 1974, quando os últimos guerrilheiros foram caçados e abatidos por militares, treinados para combater a guerrilha e determinados a não fazer prisioneiros. Execuções, eliminação de vestígios e tortura estão nos relatos colhidos, assim como na literatura existente sobre a guerrilha. As prováveis operações de 'limpeza' teriam sido realizadas de diversas maneiras, a confiar nos relatos colhidos pela ouvidoria do Grupo de Trabalho Tocantins, criado pelo Ministério da Defesa para cumprir sentença da Justiça Federal. Além de reaver a memória sobre a guerrilha, a partir de narrativas de quem viveu a experiência, é importante jogar luz sobre o que popularmente se conhece como a 'segunda guerra'. Na região, os governos da Ditadura Militar (1964-1985) montaram um intenso sistema de repressão e controle político, e um modelo de ocupação pela pecuária que devastou as florestas, de forma que, quando falamos da guerrilha, precisamos também falar da guerra que veio depois.

**Palavras-chave:** Guerrilha do Araguaia. Pará. Maranhão. Tocantins. Memória social. Repressão política.

**Abstract:** The Guerrilha do Araguaia had place in southern Pará and north of Goiás (nowadays, state of Tocantins), encompassing also areas of Maranhão, in the region known as 'Bico do Papagaio'. The guerrilla occurred between the middle 1960s, when the first activists of Communist Party of Brazil (PC do B) arrived in the region, and 1974, when the last guerrillas were hunted and killed by militaries, trained to combat the guerrilla and determined not to do prisoners. Executions, elimination of vestiges and torture are in the narratives collected, as well as in the existing literature on the guerrilla. The probable *operações limpeza* (operations to eliminate traces of evidence) were realized in many manners, to rely on the narratives collected by the team created by the Ministry of Defense to fulfill federal sentence produced in response to demand moved by the guerrillas' relatives. In addition to recovering the guerrilla's memory, from the narratives of who lived the experience, it is important to send light on what popularly is known as the 'second war'. In the region, the military governments set an intense system of repression and political control, and a model of occupation based on cattle ranching which destroyed the forests. So, when we tell on the guerrilla, we need also tell on the war that came afterwards.

**Keywords:** Guerrilha do Araguaia. Pará. Maranhão. Tocantins. Social Memory. Political repression.

---

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

Autor para correspondência: Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto. Museu Paraense Emílio Goeldi. Coordenação de Ciências Humanas. Avenida Perimetral, 1901. Terra Firme. Belém, PA, Brasil. CEP 66077-830 (rpeixoto@museu-goeldi.br).

Recebido em 14/03/2011

Aprovado em 10/11/2011



## INTRODUÇÃO

A Guerrilha do Araguaia teve lugar nas regiões sudeste do Pará e norte do então estado de Goiás (atual Tocantins), abrangendo também terras do Maranhão, na área conhecida como 'Bico do Papagaio'. Ocorreu entre meados da década de 1960, quando os primeiros militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) chegaram à região<sup>1</sup> – o lendário Osvaldão, em 1966<sup>2</sup> –, e 1974, quando os últimos guerrilheiros foram caçados e abatidos por militares, especialmente treinados para combater a guerrilha e determinados a não fazer prisioneiros<sup>3</sup>. Mateiros, convertidos em guias do Exército – coagidos para isso e alguns recompensados com lotes de terra –, cumpriram importante papel naquele processo<sup>4</sup>. Alguns deles agora colaboram com as buscas dos vestígios humanos da guerrilha, iniciadas em 2009 por determinação da Justiça Federal, relatando eventos e circunstâncias<sup>5</sup>.

O objetivo desse artigo é veicular informações levantadas a partir do nosso envolvimento no Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), coordenado pelo Ministério da Defesa e criado para atender à sentença da Justiça Federal,

que acatou ação movida por familiares de desaparecidos no episódio da Guerrilha do Araguaia e colocou a União como ré, na obrigação de mobilizar meios para localizar os restos mortais e explicitar as circunstâncias das mortes. O artigo, ao passo que propõe interpretações sobre a memória social da Guerrilha e as consequências do episódio no clima repressivo que perdurou na região ('a guerra que veio depois'), objetiva também informar sobre a utilização do material reunido mediante o nosso trabalho como ouvidores do GTT, quando realizamos dezenas de entrevistas com ex-guerrilheiros, ex-guias do Exército, ex-militares, moradores e camponeses, compondo um acervo que está sendo organizado no âmbito do Projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional (RJ), ao qual o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) se integrou formalmente.

O mapa, datado de maio de 1973<sup>6</sup>, mostra a conturbada região sudeste do Pará (Figura 1). Ele teria pertencido ao general 'linha-dura' Antonio Bandeira, comandante na primeira (1972) e na segunda (1973) campanhas contra a Guerrilha do Araguaia. O general Bandeira, depois da guerrilha, veio a ser diretor geral

<sup>1</sup> Segundo Moura Clovis (1985, p. 18): "No dia de Natal, 25 de dezembro de 1967, um 'motor' corta as águas tranquilas do Araguaia (...). O barco aproxima-se da margem esquerda, encosta num lugar denominado Faveira. Dele desembarcam três pessoas: um homem de seus cinquenta e poucos anos, Mário; uma mulher também idosa, dona Maria; e um jovem de feições modestas e olhos brilhantes, Joca. (...) Semanas, meses após o Natal, novos moradores vão chegando a Faveira. José Carlos, de vinte e dois anos; Alice, que cursou a Escola de Enfermagem Ana Nery; Beto e Luis, este ex-estudante de arquitetura, aquele, engenheiro eletrônico. Sempre viveram nas cidades. Tudo é novidade para eles".

<sup>2</sup> Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos: "Osvaldo Orlando da Costa, o 'Osvaldão', foi o primeiro integrante do PC do B a se instalar na região, em 1966. Em 1968, já se compunha um grupo de 15 militantes. No início de 1972, às vésperas da primeira expedição do Exército, eram quase 70... Boa parte desses homens e mulheres que se embrenharam nas matas do Araguaia era composta de lideranças estudantis que haviam participado de importantes manifestações contra a ditadura militar, nas grandes cidades do país, entre 1967 e 1969. Vários deles já tinham sido presos por outras atividades de oposição ao regime. Os que chegaram a partir de 1969 e 1970 foram deslocados pelo PC do B ao Araguaia também porque tinham contra si inquéritos policiais, processos judiciais e mandados de prisão, vários deles por participação no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna" (Brasil, 2007, p. 195).

<sup>3</sup> Segundo Studart (2009), partiu do próprio general-presidente Emílio Garrastazu Médici a ordem para não fazer prisioneiros no Araguaia.

<sup>4</sup> Hilário Clovis Costa, atualmente coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Tucuruí, era morador de São Geraldo do Araguaia na época da guerrilha. Ele define o papel dos mateiros: "Na verdade, (...) na segunda fase da guerrilha, pra eles poderem capturar os guerrilheiros, tiveram mesmo que apelar para os trabalhadores da região. Os chamados mateiros, que conheciam a mata, que conheciam mais ou menos os pontos estratégicos na mata, onde os guerrilheiros poderiam estar. Na verdade, quem venceu a guerrilha acabou sendo os mateiros mesmo, mais do que os próprios militares. Eles acabaram entregando os guerrilheiros, já sabiam os pontos, as famílias que tinham mais contatos com eles, toda essa ligação" (depoimento pessoal, agosto de 2010).

<sup>5</sup> O Grupo de Trabalho Tocantins, do qual o autor faz parte, realizou 13 expedições em 2009 e, até a preparação deste artigo, outras seis em 2010.

<sup>6</sup> A "Carta Região SE Pará" foi obtida com militares participantes do Grupo de Trabalho Tocantins, organizado pelo Ministério da Defesa em cumprimento de sentença da Justiça Federal. A mesma carta aparece no livro de Studart (2009).

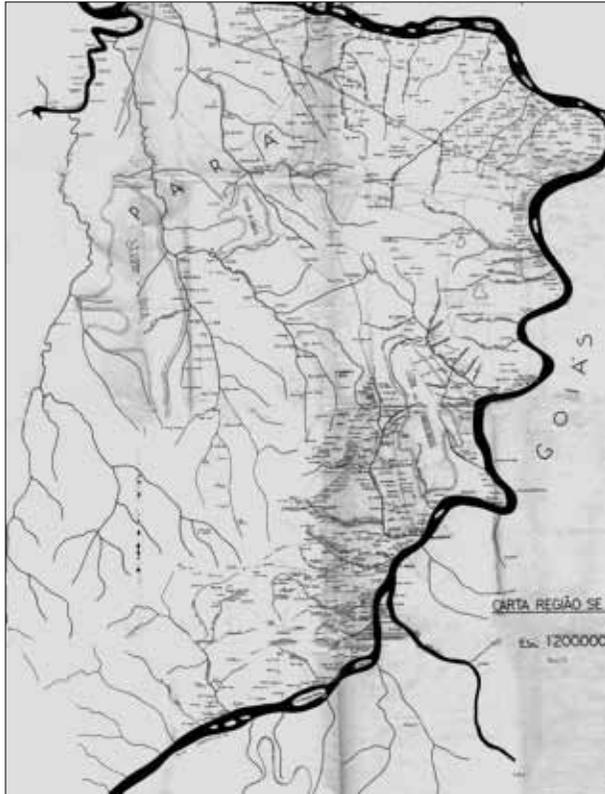


Figura 1. Mapa do sudeste do Pará, datado de maio de 1973, doado ao autor por um militar, e que teria pertencido ao comandante das operações militares contra a Guerrilha do Araguaia. No livro de Studart (2009), o mapa aparece com a seguinte qualificação: “Mapa de 1973, preparado pelas equipes da inteligência para orientar os comandantes na caçada final aos guerrilheiros”.

da Polícia Federal, onde atuou como ferrenho censor de filmes e composições musicais<sup>7</sup>. O general Bandeira foi substituído no Araguaia pelo general Hugo Abreu, da Brigada de Pára-queda, enquanto o general Milton Tavares, a partir do Centro de Informações do Exército (CIE), comandava as ações de extermínio, segundo o jornalista Amaury Ribeiro Jr. Na matéria “A ordem é matar”, o jornalista informa que

Em meados de 1973, o presidente Emílio Garrastazu Médici convocou uma reunião secreta com o ministro do Exército, general Orlando Geisel, e seu futuro sucessor na Presidência, Ernesto Geisel, no Palácio do Planalto, para discutir o combate aos opositores do regime (...) decidiram que era “necessária a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço”, como explicita um dos 17 itens de um documento datilografado que relata a reunião. Para o encontro, Orlando Geisel levou o general Antônio Bandeira (...). A cópia da ata da reunião foi encontrada em 1998, entre as roupas da viúva do general, Lea, junto com o relatório Hugo Abreu, mais importante dossiê sobre a Guerrilha do Araguaia e ainda inédito. (...) A reunião, confirmada pelo coronel Sebastião “Curió” Rodrigues, do Centro de Informações do Exército (CIE), mudou a postura do governo. A partir do final de 1973, não restariam mais sobreviventes nas guerrilhas (Ribeiro Jr., 2004).

A carta, na escala 1:200.000, mostra detalhes da geografia, a Serra das Andorinhas de um lado e a Serra Rica de outro, além de dezenas e dezenas de pequenas vilas, sítios e grotas com nomes peculiares, como Chega com Jeito, Mal Arrumado, Castanhal da Viúva, Matrichã, Bacaba, Brejo Grande, lugares que foram percorridos em busca de informações, muitos dos quais não existem mais e devem estar assinalados apenas nesse mapa histórico. A rodovia Transamazônica já estava lá, mas a rodovia PA-150, sobre a qual a Comissão Pastoral da Terra (CPT) produzia o boletim “O Grito da PA-150” para relatar a violência dos conflitos fundiários, e as estradas operacionais OP1, OP2 e OP3, abertas para a movimentação das tropas, ainda não aparecem.

Essa região de tríplice divisa, nas bordas da floresta e nos confins da civilização, onde o Araguaia encontra o Tocantins, antes mesmo de os guerrilheiros do PC do B se instalarem em três destacamentos e iniciarem esforços para ganhar a

<sup>7</sup> Na gestão do general Bandeira na Polícia Federal, “pela primeira vez não apenas um mas dez filmes eram retirados de cartaz ao mesmo tempo e passavam a ter sua exibição proibida em todo o país. (...) A portaria [313, de 22 de junho de 1973] foi baixada em Brasília numa sexta-feira à tarde (...) Entre a ordem e o cumprimento da ordem as salas de exibição promoveram sessões especiais no sábado e no domingo, dez da manhã, meio-dia, meia-noite, duas da madrugada, e muita gente pôde ver os filmes. (...) Essa tragicômica proibição foi relativamente bem noticiada pela imprensa, e por isso a Censura decidiu reforçar a censura a notícias sobre a Censura” (Avellar, 2005, p. 338).

confiança da população, despertava o interesse de vários grupos de esquerda – na expressão de Elio Gaspari, havia na região uma “abundância de projetos revolucionários” (Gaspari, 2002, p. 414) – e também do governo militar, que realizou ali operações militares de contraguerrilha:

O relatório final da Operação Mesopotâmia contém referências a um militante de nome ‘Juca’, residente em Porto Franco (MA), que corresponde ao guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho, desaparecido no Araguaia, que trabalhou como médico e criou o primeiro hospital daquele município maranhense, entre 1967 e 1969, transferindo-se então para a região da guerrilha, não muito distante dali (Brasil, 2007, p. 196).

Hoje, o Bico do Papagaio, no ritmo de um ‘progresso’ que não respeita a floresta nem a população, continua sendo palco de grandes violências. Ali, a pecuária e a metalurgia de ferro-gusa, direta e indiretamente, usam trabalho escravo para a abertura de pastos e a produção de carvão vegetal. O padrão agrário é concentrador e as relações trabalhistas são degradantes, resultando disso um contexto violento, marcado por assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, famílias expulsas e despejadas, casas e roças destruídas, famílias ameaçadas pela ação de pistoleiros, para listar algumas das agressões sofridas por camponeses e trabalhadores do campo. Os conflitos crescem porque, apesar da violência, os movimentos não recuam, aumentando ano a ano o número de acampamentos e ocupações de terra, assim como o número de pessoas envolvidas. Isso é o que chamamos ‘a guerra que veio depois’, ou a ‘segunda guerra’, no dizer de moradores locais.

Para a repressão da guerrilha, no início, grandes contingentes das três Forças Armadas foram empregados em manobra que embutiu a ineficaz Operação Papagaio. A partir de abril de 1973, com o comando da repressão agora subordinado ao CIE, a Operação Sucuri, de fato uma missão para colher informações, utilizou-se de poucos agentes disfarçados em compradores de arroz e madeira, proprietários de bodegas, roceiros e outros tipos comuns

infiltrados na região para mapear a guerrilha. Seguiu-se, em outubro do mesmo ano, a decisiva Operação Marajoara, “desencadeada com menos de 300 militares” (Morais e Silva, 2005, p. 449), sem farda, comandados por oficiais que se faziam chamar de ‘doutores’ – como o ‘Dr. Luchini’, então na Operação Sucuri, disfarçado de agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na verdade Sebastião Rodrigues de Moura, quem, na violenta repressão que se seguiu à guerrilha, viria a se transformar no mítico ‘major Curio’.

Inspirada na guerra popular e civil que levava à Revolução Chinesa de 1949 – dos 15 militantes iniciais, chegados à região até 1968, sete teriam feito cursos de capacitação na China (Gaspari, 2002, p. 409) –, a guerrilha objetivou lutar contra a ditadura militar e fomentar, a partir do campo, uma democracia popular no Brasil. Sezostrys Alves, da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, proporciona à guerrilha a relevância de ter sido “a maior guerra do Brasil rural no Século XX” (Alves, 2010). Contudo, a maior dimensão da guerrilha tem a ver, principalmente, com o massacre promovido pelo Estado – ainda que executado pelo relativamente autônomo setor de informações –, ao torturar impiedosamente centenas de camponeses da região e executar prisioneiros rendidos, em clara violação aos direitos humanos e em total desacordo com tratados internacionais.

Nessa sua espantosa face, a Guerrilha do Araguaia se assemelha com a Guerra de Canudos (1896-1897), inclusive quanto a barbaridades cometidas nos seus estertores, como a decapitação de prisioneiros de guerra. Os quase oitenta anos que separam os dois episódios não foram suficientes para abrandar a violência do Estado contra humildes brasileiros, camponeses massacrados tanto numa ocasião como na outra.

A execução de Walquíria, a última guerrilheira, no campo de concentração que foi a base militar de Xambioá, marcou o fim da guerrilha, mas não das operações militares, que se seguiram com a ocultação dos cadáveres. As prováveis operações de ‘limpeza’ foram realizadas

de diversas maneiras, a confiar nos relatos colhidos pela ouvidoria do Grupo de Trabalho Tocantins, criado pelo Ministério da Defesa<sup>8</sup> para cumprir a sentença da juíza federal Solange Salgado<sup>9</sup>.

## A LUTA DA MEMÓRIA CONTRA O ESQUECIMENTO

Execuções de prisioneiros, operações de eliminação de vestígios da guerrilha e prática de torturas estão nos relatos colhidos, assim como na ampla literatura existente sobre a guerrilha. Literatura que conta essa história de diversas maneiras, mas quase sempre do mesmo ângulo, a partir de reminiscências de pessoas, os camponeses, mateiros e soldados, que sofreram e relatam a experiência. A omissão dos relatos dos militares contraria o preceito de que a história é normalmente contada pelos vencedores. A depender desses, não fosse a tradição oral, que a mantém viva, a memória da guerrilha estaria apagada<sup>10</sup>.

Muito das informações disponíveis hoje sobre a guerrilha se deve a matérias jornalísticas, que revelaram a memória e evitaram o esquecimento. Inclusive a primeira dessas matérias, de Fernando Portela, que publicou, em 24 de setembro de 1972, em "O Estado de S. Paulo", a reportagem "Em Xambioá, a luta é contra a miséria e a guerrilha", texto que depois, em 1979, quando o silêncio era acachapante, resultou no livro "Guerra de Guerrilhas no Brasil" (Portela, 1986). Os jornalistas exercitaram seu ofício na conjuntura de um governo que fazia tudo para

apagar a guerrilha da história. O silêncio e a omissão dos militares fazem contemporâneo o adágio segundo o qual "a luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento" (Santos, 2003, p. 23). Alguns jornalistas, como Tais Morais e Eumano Silva, articulam memória e presente e revelam o esquecimento que perdura: "A presença dos guerrilheiros na Amazônia fez a ditadura olhar para a região abandonada. O governo militar construiu estradas e realizou Ações Cívico Sociais esporádicas e ineficientes. O povo continuou abandonado" (Morais e Silva, 2005, p. 14).

Com relação à omissão dos militares, vale a pena mencionar três exceções. Uma está no livro do coronel Lício Maciel, então major do CIE, quando atuou no combate à Guerrilha do Araguaia, que contou sua história ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho, depois de 30 anos de silêncio (Carvalho, 2004). Outra está no livro do capitão-aviador Pedro Cabral, piloto de helicóptero, que publicou "Xambioá — Guerrilha do Araguaia" (Cabral, 1993). Quando o entrevistamos, em São Geraldo do Araguaia (PA), ele confirmou ter participado das chamadas 'operações limpeza', transportando corpos para serem queimados na Serra das Andorinhas. A terceira exceção é o tenente da reserva José Vargas Jiménez, que conta suas façanhas de quando, como sargento, combateu junto com Curió. Torturador confesso<sup>11</sup>, o ex-sargento foi promovido e condecorado com a Medalha do Pacificador com Palma. Contudo, o próprio Curió é lacônico e pouco contribui para aclarar o sombrio episódio.

<sup>8</sup> Portaria n. 567/MD, de 29 de abril de 2009, posteriormente alterada pela Portaria n. 993/MD, de 10 de julho de 2009.

<sup>9</sup> "Em 20/07/2003, a juíza federal Solange Salgado, da 1ª. Vara da Justiça Federal, proferiu sentença relativa a uma causa iniciada em 1982 e determinou a quebra de sigilo de todas as informações oficiais existentes sobre a Guerrilha do Araguaia. A ação judicial foi instaurada por familiares de 22 desaparecidos" (Brasil, 2007, p. 202).

<sup>10</sup> O texto da sentença bate frontalmente contra o silêncio imposto pelos militares: "De fato, ante às inúmeras provas constantes dos autos acerca da Guerrilha do Araguaia, tem-se que a sua ocorrência é fato incontestável. Também não cabe negar-lhe a importância histórica. Tempos como aqueles, de repressão política deliberada e violação sistemática de direitos fundamentais, não devem ser esquecidos ou ignorados. Ao contrário, uma nação não pode tentar tornar-se livre, justa e solidária, pretender construir seus alicerces sobre os pilares da democracia e do respeito à dignidade da pessoa humana, sem antes enfrentar seu passado. É imperioso analisar e tentar compreender os fatos tristes de sua história que não deseja ver repetidos" (Salgado, 2003, p. 10).

<sup>11</sup> Em depoimento à Comissão Especial de Anistia (CEA), da Câmara dos Deputados, o tenente da reserva José Vargas Jiménez declarou ter, durante a Guerrilha do Araguaia, torturado pessoas para arrancar confissões. O então sargento detalha seus métodos, conforme consta no texto do jornalista Vasconcelo Quadros, do Jornal do Brasil: "(...) como o preso se recusava a abrir o que sabia sobre a guerrilha, amarrou-o num pau viveiro de formiga, com o corpo lambuzado de açúcar e a boca cheia de sal. Quando as formigas começaram a picar, o camponês não aguentou e começou a contar tudo" (Quadros, 2009).

O silêncio esconde informações que só os militares atuantes naquele contexto detêm.

A própria existência da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, na localidade de São Domingos do Araguaia (PA), evidencia a violência cometida pelo Estado, fato sobre o qual não se pode simplesmente passar uma borracha, como ainda querem setores do Estado. Signatário de convenções e pactos internacionais, o Brasil é hoje regido pelo Estado de Direito. A jurisprudência internacional lembra que o país precisa conhecer seu passado e o Estado precisa assumir suas culpas. Esse é um aspecto de uma história que continua aberta. Com a intenção de se fazer justiça, em 18 de junho de 2009, em ato público que reuniu centenas de pessoas nas ruas de São Domingos do Araguaia, a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça anunciou a concessão de anistia política a 44 camponeses perseguidos pela repressão militar durante a Guerrilha do Araguaia.

## A CARAVANA DE 1980

Fundamental na luta da memória contra o esquecimento foi a heróica Caravana de 1980. Assim como acontecia em outros países da América do Sul, assolados por ditaduras, as mães dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia procuravam notícias dos seus filhos ou dos corpos deles. Inicialmente de forma isolada, mas logo reunidas em um II Congresso Nacional pela Anistia (realizado em novembro de 1979, em Salvador, BA, de onde se lançou o “Manifesto dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos do Araguaia”), mães e outros familiares organizaram a “Caravana dos Familiares dos Desaparecidos do Araguaia”, a qual contou com a presença do advogado Paulo Fonteles. Também integrava a caravana Victoria Grabois, hoje professora e vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, que relata a sua experiência e ressalta a relutância do Estado brasileiro em patrocinar buscas das vítimas da Guerrilha do Araguaia:

Durante 15 dias, vasculhamos o passado e constatamos que na população local a coragem e a solidariedade daquele grupo ainda estavam vivas. Fomos recebidos como celebridades e houve uma

localidade em que a caravana foi saudada com fogos de artifício. Com farto material gravado e grande número de informações foi divulgada uma carta-denúncia à nação: 22 famílias entraram com uma ação contra o Estado brasileiro para saber a localização dos corpos de 25 guerrilheiros. O governo brasileiro impetrou 16 recursos e só em 1996 fez a sua primeira incursão oficial à região (Grabois, 2010).

Um dos resultados daquela primeira expedição ao Araguaia em busca de restos mortais dos guerrilheiros foi a constatação de que a guerrilha realmente existiu, a despeito da atitude evasiva do Estado brasileiro. Segundo Paulo Fonteles Filho, “a primeira verificação dos caravaneiros foi o fato de que realmente houve a guerrilha do Araguaia” (Fonteles Filho, 2011). Outro resultado foi a proposição pelos familiares de ação para compelir a União Federal a indicar a sepultura dos seus mortos. A juíza Solange Salgado acolheu a ação impetrada por aqueles familiares e, em 19 de fevereiro de 1982, autuou a União, determinando:

(...) à Ré que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, informe a este Juízo onde estão sepultados os restos mortais dos familiares dos Autores, mortos na Guerrilha do Araguaia, bem como para que proceda ao traslado das ossadas, o sepultamento destas em local a ser indicado pelos Autores, fornecendo-lhes, ainda, as informações necessárias à lavratura das certidões de óbito (Salgado, 2003, p. 45).

A Justiça Federal ainda determinou “a quebra de sigilo das informações militares relativas a todas as operações realizadas no combate à Guerrilha do Araguaia” e informações relativas

à captura e detenção dos civis com vida, ao recolhimento de corpos de guerrilheiros mortos (...) incluindo-se (...) as informações relativas ao destino dado a esses corpos e todas as informações relativas à transferência de civis vivos ou mortos para quaisquer áreas (Salgado, 2003, p. 45).

O texto da sentença ratifica a demanda dos familiares pelo “fornecimento de informações contidas no Relatório oficial do Ministério da Guerra datado de 5 de janeiro de 1975” (Salgado, 2003, p. 45). Este documento continua inacessível, em local desconhecido.

A sentença da juíza, quando pauta “elementos probatórios” acerca “da responsabilidade do Estado no desaparecimento forçado de pessoas”, traz à luz o importante trabalho realizado pela Caravana no começo do inverno de 1980. Vale notar a observação sobre “o clima de terror que oprime os moradores da região”:

Tendo percorrido a região em que se desenvolveu a luta armada, visitando locais como São Domingos das Latas, Vila São José, Metade, Palestina, Brejo Grande, Castanhal da Viúva, as Estradas Operacionais 2 e 3, Araguatins, Araguaína, Xambioá, São Geraldo, Vila Nova, Pau Preto, Ponto Firme, Piçarra, Marcellinense, Boa Vista e Araganã e tendo ouvido centenas de pessoas e colhido inúmeros relatos, a Caravana diz ter se deparado com um clima de terror apavorante que ainda hoje oprime os moradores da região (Salgado, 2003, p. 23).

Observe-se também como a violência campeou sobre a população:

A Caravana terminou com a firme convicção de que muitos dos guerrilheiros foram capturados com vida, deslocados do ponto de sua prisão e então desapareceram (fl. 402); de que foram presos e torturados não apenas combatentes da guerrilha, mas também numerosos elementos da população que não participavam da guerrilha, tendo desaparecido muitos dos habitantes locais; de que foram violados e sonogados cadáveres, havendo inúmeras indicações de túmulos ocultos nas florestas (Salgado, 2003, p. 23).

A Caravana de 1980 mobilizou setores críticos da sociedade e reabriu a história da guerrilha, que os militares queriam encerrada nos seus arquivos secretos:

Vale dizer que a Caravana realizada entre 25 de outubro e 04 de novembro de 1980 não se constituiu numa iniciativa isolada dos familiares. Ao contrário, contou com o apoio e a participação de setores importantes da sociedade civil, como a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, os Movimentos de Anistia, setores da Igreja Católica, parlamentares de vários estados e a imprensa (fl. 420) (Salgado, 2003, p. 22).

## UMA HISTÓRIA ABERTA

A penúria da população em contexto de latifúndio continua marcando o terreno, a despeito – e em função – do ‘progresso’ que a região provou desde então. Progresso que subjogou a natureza a ponto de deixar poucas árvores em pé, à exceção da Reserva Sororó, dos índios Suruí, também injuriados como caçadores de gente e cortadores de cabeças. O ‘progresso’ transformou roças em pasto, não trouxe civilização e não valorizou pessoas, e, no entanto, mais ‘progresso’ é o que alguns continuam a querer. Quando, em atividade do grupo de trabalho criado para buscar restos mortais – uma vez que a recomendação de também levantar as circunstâncias das mortes dos guerrilheiros consta apenas na sentença da juíza e não na portaria do Ministério da Defesa –, sobrevoávamos a região de helicóptero, a observação ‘é muita floresta para pouco índio’ teve amplo assentimento entre os tripulantes daquele equipamento militar. Essa é a visão de ‘progresso’ de quem considera que ‘o importante é pensar para frente’, em alusão à Lei da Anistia, que impede a investigação de graves violações de direitos humanos.

Numa visão ampliada, acrescentando direitos sociais, políticos e econômicos aos direitos civis, para dar inteireza à noção de cidadania, a situação de penúria da população pobre, ou seja, da ampla maioria da população, é uma evidente violação dos direitos humanos. Uma vez que a pecuária expulsou o trabalhador da terra, falta emprego. Os serviços públicos de saúde e educação são precários. E o próprio direito à memória é sonogado, visto que, na sociedade e nas escolas, a guerrilha e a repressão que se seguiu são temas reprimidos. Nesse contexto, a noção de ‘história aberta’ significa a possibilidade de referenciar-se na memória para a busca da justiça social. A história está aberta para movimentos emancipadores porque ela “decorre da própria natureza da política como atividade humana coletiva e plural, certamente condicionada pelas estruturas sociais e econômicas existentes, mas capaz de ultrapassá-las, de transformá-las, de perturbá-las, criando o novo” (Lowy, 2005, p. 150). Assim, para Walter Benjamin,

a história é uma construção referenciada num “tempo saturado de ‘agoras’” (Benjamin, 1994, p. 229-230).

A memória se alimenta de reminiscências de quem, como morador, camponês, mateiro ou soldado, viveu a traumática experiência para contar a história. Uma história do presente, já que a guerrilha é um tema de agora. Alguns antigos moradores a evocam a partir do presente, inconformados com o avanço das pastagens e a derrubada das matas, esse modelo de ‘ocupação pela pata do boi’ que caracteriza, desde então, o sul e o sudeste do Pará, com todas as facilidades oferecidas pelo Estado, preocupado em reprimir o movimento camponês com todo o seu aparato atuando de maneira parcial, daí se popularizando a expressão ‘injustiça institucionalizada’. Junto com as memórias da guerrilha vêm as histórias da ‘segunda guerra’ ou da ‘guerra que veio depois’, que narradores não conformados com o ‘progresso’ que maltrata natureza e gente dividiram com a equipe de ouvidoria do grupo de trabalho, criado para atender à expressiva sentença da juíza federal Solange Salgado, que colocou a União como ré<sup>12</sup>.

O Estado está sendo implicado, no entanto, apenas nos fatos relacionados à guerrilha. Os crimes da chamada ‘segunda guerra’ continuam impunes e quase esquecidos, não fossem os relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a violência no campo. Logo após a guerrilha, já em 1976, intensificaram-se muito as ocupações de terra na região. E os conflitos e assassinatos também. Quase mil trabalhadores foram assassinados desde 1975. Lideranças sindicais, padres, freiras, advogados, todos os que se envolveram e apoiaram a luta camponesa foram perseguidos. Há apenas um mandante preso, o Bida, envolvido no assassinato da irmã Dorothy. Os outros estão

soltos. Durante todo esse tempo e em função de todas essas mortes, aconteceram apenas nove julgamentos.

A guerrilha é uma história suspensa no tempo, porque tanto seu desfecho, infamado por execuções e desaparecimentos, como seus ideais, sintetizados em 27 pontos<sup>13</sup> que falavam de direitos, entre os quais o de terra para trabalhar, continuam abertos. Uma história pendente, enquanto o país, 36 anos depois de os chamados ‘setores de inteligência’ tentarem silenciar o episódio sem deixar vestígios, é condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo desaparecimento de 62 pessoas e por não ter punido os responsáveis.

Nenhum vestígio de ossadas foi encontrado, embora o grupo de trabalho, partindo das suposições de moradores, camponeses, mateiros e antigos soldados, arregimentados como colaboradores para os trabalhos de busca de restos mortais, tenha pesquisado e escavado em vários lugares. Sete Barracas, Pimenteira, Tabocão, Gameleira, Bacaba, Base de Xambioá, Base Cabo Rosa, Mutuma, Matrichã, Caçador, Serra das Andorinhas, Reserva Sororó, Remanso dos Botos, Denit, Chega com Jeito, Castanhal da Viúva, Dois Coqueiros e inúmeras grotas perdidas cujos remotos nomes constam no histórico mapa apresentado no início desse artigo: em todos esses lugares, como se fosse um ritual, o grupo de trabalho se reuniu para contextualizar o ocorrido. Então se evocavam ocorrências e nomes de guerrilheiros que se supunha enterrados no local, retornando o tempo da guerrilha em ambiente totalmente transformado. Onde era floresta, agora apenas pasto. Centenas de buracos cavados e nenhuma materialidade nas buscas.

<sup>12</sup> Conforme consta na sentença: “A entrega dos restos mortais das vítimas a seus familiares, a fim de que possam ser dignamente sepultados, e o fornecimento das informações sobre a morte, constituem providências capazes de dar cumprimento à obrigação estatal” (Salgado, 2003, p. 38).

<sup>13</sup> Elio Gaspari, em seu livro “A Ditadura Escancarada”, relatando as consequências das operações de 1972, avaliadas como um fiasco, qualifica também criticamente esse programa de 27 pontos, da seguinte maneira: “Retirada a tropa e desfeito o segredo para os moradores da região, o PC do B lançou-se na propaganda. Produziu uma Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. Anunciado como um ‘documento simples, acessível às pessoas mais atrasadas’, o manifesto tinha 4 mil palavras, entre as quais estagnado, urbanização e ramos da administração. Seu texto traía o propósito propagandístico, destinado a criar nas grandes cidades a impressão de que começara uma revolução na selva” (Gaspari, 2002, p. 428).

## O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE XAMBIOÁ

A base militar de Xambioá (Figura 2) foi instalada ao lado de pista de pouso já existente, utilizada para dar saída à produção de cristal de rocha que dera origem à cidade de Xambioá (PA). Ali, entre a pista de pouso e o rio Araguaia, funcionou o comando das operações militares de repressão à guerrilha. Era dali que partiam os helicópteros e os aviões monomotores conhecidos como 'paqueras', para sobrevoos de reconhecimento e para o transporte de prisioneiros, capturados na selva ou tirados das suas casas, como aconteceu com muitos camponeses. Para a base de Xambioá foi levado o corpo de Osvaldão, em abril de 1974, pendurado em helicóptero, de modo a todos verem que finalmente aquela 'lenda viva' estava morta.

O livro-relatório "Direito à Memória e à Verdade" descreve o furor que o corpo de Osvaldão despertou na base de Xambioá: "(...) posteriormente, sua cabeça foi decepada e exposta em público" (Brasil, 2007, p. 250). Nesse caso, por puro barbarismo, já que não carecia a degola como recurso de identificação, como acontecia com guerrilheiros mortos na mata (Gaspari, 2002).

Na base militar de Xambioá, seu cadáver foi violado por chutes, pedradas e pauladas dadas pelos militares, sendo finalmente queimado e jogado no buraco conhecido como 'Vietnã' (vala situada ao final da pista de pouso da Base Militar de Xambioá), onde eram lançados os mortos e moribundos. Com o término das operações militares, foi feita uma grande terraplanagem para descaracterizar o local (Brasil, 2007, p. 250).

A base militar de Xambioá foi também um campo de concentração, com cercas de arame farpado, que delimitavam uma área chamada de 'curral', onde ficavam os prisioneiros<sup>14</sup>. Eles ficavam também em buracos cavados no chão e cobertos com arame farpado. Conforme os relatos, havia na base uma casa de tortura, ou 'judiaria', no dizer de camponeses que passaram por ali. Na base teriam

sido enterrados guerrilheiros e camponeses, embora as escavações realizadas não tenham achado nenhum vestígio de restos mortais. Apenas latas de alimentos, cápsulas de balas e outros resíduos foram encontrados num buraco aberto pelo grupo de trabalho, constatando-se que, de fato, ali funcionou uma base militar.

Segundo os relatos, houve execuções na base. Tanto Sinésio Ribeiro como Vicente Taveira, ex-guias do Exército, descrevem a execução de Walquíria Afonso Costa naquele campo de concentração. Vicente Taveira mora, atualmente, em Marabá (PA), onde remenda pneus de bicicleta numa pequena oficina na parte da frente de sua casa. Ele nos acompanhou em diversas ocasiões, ajudou na reconstituição da base militar de Xambioá e nos contou o que provavelmente foi o fim de Walquíria, a última guerrilheira, ali mesmo:

Ela chegou 9 horas do dia. Eu vi ela chegar com uma roupinha suja, fedendo, porque na mata a gente não toma banho, magra. Demos um banho nela. Fizeram uma sopa magra. Ela sentou no banco onde a gente pegava refeição. Isso foi em outubro de 1974. Teve um sargento que era mineiro, de Uberaba, e ela também era de Uberaba. Ele perguntou a ela por que ela não se entregou. - "Eu não me entregaria porque eu vou lutar. Lutamos o que nós pudemos. Nós vamos morrer, mas nossa luta vai continuar. Quando ela continuar não vai ser na selva, vai ser na rua. A luta nunca vai morrer. Eu sei que vou morrer, mas a nossa luta não morre. Nós lutamos por um Brasil melhor". Então o helicóptero chegou de novo com o carrasco, o Louro. Era o Louro mais dois oficiais. Saíram e voltaram em meia hora. Eu não ouvi o tiro (Vicente Taveira, depoimento pessoal, agosto de 2010).

Diferindo apenas nos detalhes, em depoimento prestado nove anos antes, em 2001, ao Ministério Público Federal, Sinésio conta a mesma história:

O ex-colaborador do Exército, Sinésio Martins Ribeiro, lembrou (...) 'que viu a Valquíria viva dentro da base de Xambioá; que a Valquíria contou aos militares que estava com o Osvaldão quando

<sup>14</sup> "As tropas, especializadas em combate na selva, espancaram centenas de pessoas. Quase todos os homens válidos da área rural foram levados para prisões em Marabá, Xambioá e Belém. (...) Ficaram nas roças apenas mulheres e crianças" (Morais e Silva, 2005, p. 465).

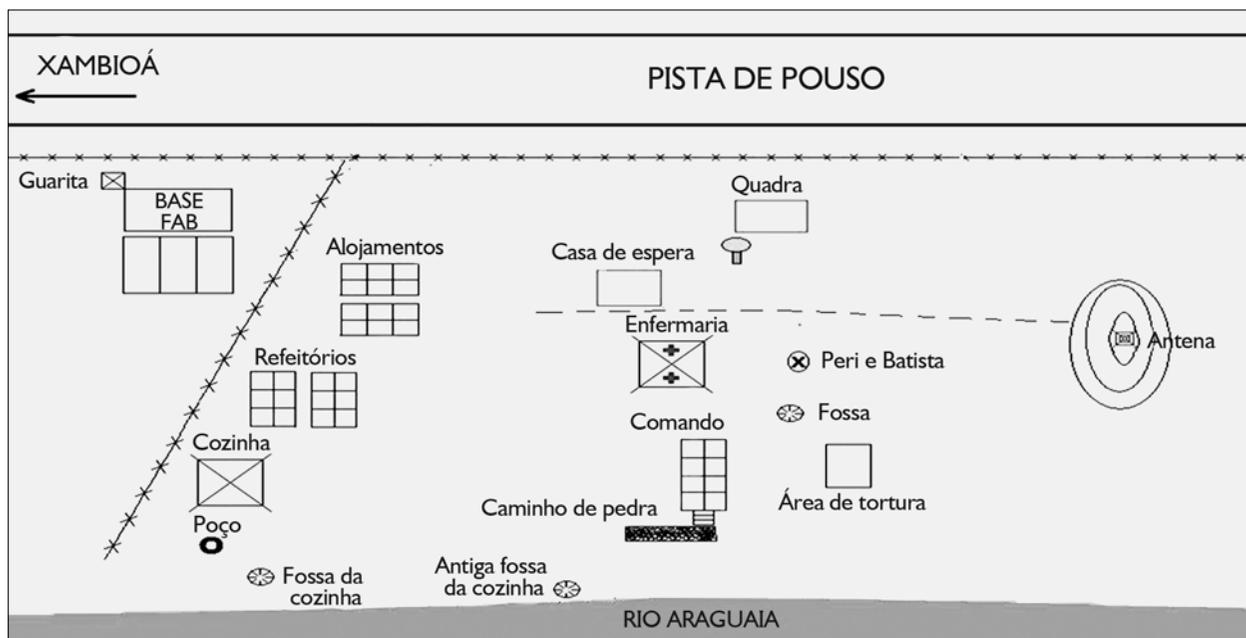


Figura 2. Croquis da Base Militar de Xambioá, no Pará, tal como existia no início da década de 1970, segundo desenho feito por ex-soldados que serviram na base à época.

este foi morto; que a mesma perdeu a espingarda nesta vez, pois a mesma ficou enganchada num pau; (...) que na base de Xambioá viu ela ser levada por um soldado do Exército para o rumo do jatobá; que o 'carrasco' (*sic*) levava uma arma curta; que a arma era 'surda' e não se escutava o tiro; que atrás ia outro soldado levando uma lata grande de bolacha com cal virgem; que dias depois ele perguntou ao soldado por ela e teve como resposta 'já era', que esta resposta significava que tinha sido morta (...)' (Brasil, 2007, p. 264).

Ouvimos muitos relatos apontando a base de Xambioá como um lugar onde se enterravam guerrilheiros e, no entanto, as escavações nada encontraram, a não ser evidências de que ali efetivamente existiu uma base militar. O fato de não se encontrar nenhum vestígio de inumação ali, a despeito dos testemunhos, é indício de que a área foi submetida à chamada 'operação limpeza'. O coronel-aviador Pedro Cabral, no entanto, servindo ali de janeiro de 1974 a fevereiro de 1975,

diz não ter visto ninguém ser enterrado na base de Xambioá. Diz também não ter visto ninguém ser exumado: "Estávamos baseados em Xambioá e eu não vi ninguém ser exumado lá. Mas não posso garantir que não tenha sido enterrado" (Pedro Cabral, depoimento pessoal, junho 2010).

## HISTÓRIAS DE CABEÇAS CORTADAS

Sobre a base de Xambioá, ouvimos narrativas de que vários corpos foram levados para lá e ali ficaram. Ouvimos que Osvaldão estava enterrado lá, distante cerca de 30 metros da enfermaria. Por isso, tentamos reconstituir a estrutura da base, desenhando suas instalações, a fim de, a partir dessas referências, definir um ponto mais provável para as buscas (Figura 2). O camponês Beca conta que cavou ali, próximo da casa de 'judiaria', um buraco até a altura do seu pescoço, no fundo do qual ele viu depois a cabeça do guerrilheiro Ari<sup>15</sup>. Chegou-nos a informação de que nos pés de duas

<sup>15</sup> Arildo Airton Valadão, segundo consta no relatório Arroyo, foi morto em 24 de novembro de 1973. O ex-guia Sinésio Ribeiro detalha o que se viu: "que o primeiro tiroteio do Exército foi no Pau Preto, onde foi morto o Ari; que o depoente estava presente; que Ari não atirou; que Ari teve sua cabeça cortada e levada para a base do Exército em Xambioá (...)" (Brasil, 2007, p. 223).

palmeiras de macaúba gêmeas estaria enterrado um saco com cabeças. Encontramos as palmeiras gêmeas, mas não o saco. A história de cabeças cortadas e metidas em saco é recorrente, em várias versões. No livro de Taís Morais e Eumano Silva há uma passagem que exemplifica a prática:

Uma equipe do Exército segue pela mata por volta das cinco da tarde. O oficial comandante da missão apresenta-se como Doutor Silva. O mateiro Cícero e outro morador, Raimundo Severino, guiam a patrulha. Em uma curva do caminho, aparece um guerrilheiro. Raimundo aponta a espingarda e puxa o gatilho. (...) Chico morre na hora. Orientado pelo Doutor Silva, Raimundo Severino avança com um facão na direção do corpo. A lâmina corta o pescoço e separa a cabeça do combatente. O sangue quente do comunista escorre pelo chão do Araguaia. (...) Doutor Silva manda Cícero colocar a cabeça do guerrilheiro em um saco e carregar até outro ponto da floresta. Com os nervos abalados pela cena, o mateiro tem a sensação de carregar um corpo inteiro (Morais e Silva, 2005, p. 464).

Quando entrevistamos Dona Domingas em Araguaína (TO), em agosto de 2009, ela nos contou que certa vez viu, na porta da sua casa, um saco cheio de cabeças, que foi levado para Xambioá:

O compadre Arlindo, que matou Osvaldão, eles mataram um grupo e cortaram as cabeças. Seis ou mais cabeças. Passaram na minha casa com um major, com o saco de cabeças. O compadre Arlindo disse: - Repara o que eu tenho aí dentro. Eram as cabeças. Pegaram o helicóptero e foram para Xambioá com as cabeças (Dona Domingas, depoimento pessoal, agosto de 2009).

## A GUERRA QUE VEIO DEPOIS

Além de reaver a memória sobre a guerrilha, a partir de narrativas de quem viveu a experiência, é importante saber o que veio depois. No Bico do Papagaio, os governos militares montaram um intenso sistema de repressão e controle político, com operações para a criação de mentalidade, conhecidas como Ação Cívico-Social do Exército (ACISO); a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT); a concessão de lotes

para colaboradores, os chamados 'guias formados', nas estradas operacionais (OP1, OP2 e OP3); a decretação da região como área de segurança nacional; a nomeação de prefeitos; o assassinato de lideranças sindicais e de agentes religiosos, a chamada 'injustiça institucionalizada'; a onipresença de Sebastião Curió; e, enfim, um modelo de ocupação pela 'pata do boi', que devastou as florestas da região. De forma que, quando falamos da guerrilha, precisamos também falar da 'guerra que veio depois'.

Alguns antigos moradores da região chamam de 'a segunda guerra' o prolongado estado de sítio imposto pela ditadura, com a supressão da liberdade de reunião e associação. Pior, o que se seguiu atentou contra a integridade pessoal de camponeses, moradores e lideranças sociais, inclusive religiosos ligados à Teologia da Libertação. Em fins de 1980, quando eu mesmo fazia pesquisa de campo na região, vi que não era permitido ao sindicato de professores reunir-se em São Geraldo do Araguaia (PA). Nessa localidade, dona Oneide, viúva do agente da Comissão Pastoral da Terra, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, assassinado pelo latifúndio em maio de 1980, conta que, em 2004, os estudantes da escola em que ela era então diretora quiseram fazer uma representação da guerrilha, na parada de Sete de Setembro. A iniciativa dos estudantes foi, no entanto, severamente reprimida por parte das autoridades civis e militares do município.

Ou seja, a memória da guerrilha está viva, mas reprimida, inclusive fora dos currículos escolares, quando se trata de fato histórico de grande relevância para o entendimento do que é hoje a região. A Guerrilha do Araguaia foi um fato seminal na história, quase tudo o que aconteceu depois na região se relaciona ao episódio. A disciplina militar e o controle ideológico exercido sobre Serra Pelada, área de segurança nacional, que nos anos 1980 recebeu visita do general-presidente João Figueiredo, é um exemplo de mobilização de meios para se contrapor ao fantasma da guerrilha, mesmo depois de o movimento ter sido aniquilado em 1974. O próprio

Curió, entrevistado no filme “Serra Pelada – Esperança não é sonho”, da cineasta Priscilla Brasil, diz, em fala relativa aos garimpeiros: “(...) era preciso criar uma outra massa oposta àquela massa da guerrilha” (Serra..., 2007).

O que veio depois da guerrilha, com a ordem repressora que se instalou na região, foi o ‘progresso’, rápido no que diz respeito à dominação da natureza, a ponto de transformá-la quase toda em pasto. E rápido também na concessão de facilidades pelo Estado, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e de outros agentes, a projetos agropecuários, que se instalaram com créditos bancários fartos, incentivos fiscais e desrespeito a obrigações trabalhistas. O padre Ricardo Rezende, coordenador da CPT nos anos 1980, denuncia o avanço do ‘progresso’ no seu livro “A justiça do lobo”: “Derrubam-se florestas indiscriminadamente, expulsam-se posseiros das terras com violência e instaura-se o trabalho escravo, através de empreiteiros (‘gatos’), dos quais muitos são mais conhecidos como chefes de pistoleiros” (Figueira, 1986, p. 23).

A outra face do descomedido favorecimento à abertura de pastagens foi uma severa repressão ao movimento camponês. Formado por milhares de imigrantes, provenientes em grande parte do Maranhão, que vinham em busca de supostas terras livres, das águas grandes e das bandeiras verdes da Amazônia, o movimento camponês contou com decisivo apoio da Igreja Católica:

Rezam as lendas que o Pe. Cícero teria previsto que para se salvar carecia atravessar o Rio Araguaia em busca da Bandeira Verde, terra da promessa e de esperança. Que surgiria a era do Capa-Verde, príncipe maligno. O rio iria banzeirar (ter ondas) na metade e na outra metade ferver. Travar-se-ia uma grande guerra e as forças do bem prevaleceriam.

Pois bem, o rio banzeirava e principiava a guerra (Figueira, 1986, p. 28).

A guerra que veio depois alinhava, de um lado, o movimento camponês e a luta para conquistar os sindicatos de trabalhadores rurais, por meio das chapas de oposição<sup>16</sup>. Do outro lado, uma intensa repressão, comandada no campo pelo mesmo Curió que havia atuado como um dos expoentes na repressão à guerrilha, respaldada desde Brasília pelo Conselho de Segurança Nacional, que criara o GETAT e mobilizava estruturas e meios estatais para desmobilizar o movimento:

A ação do governo, através do GETAT, é excludente, tem como meta marginalizar os posseiros, favorecendo os grandes projetos. Para isso, busca minar a coesão dos lavradores, indispor trabalhador contra trabalhador e abrir área para o latifúndio. Atendendo a esse objetivo, no Baixo Araguaia tenta, com o auxílio da Polícia Federal, à força, remarcar e reduzir os lotes dos agricultores, criando grande confusão. Mas busca igualmente incluir e absorver os bolsões de resistência, os grupos que estão dispostos a se defender mesmo armados para garantir o direito à terra, ao trabalho. Entrega-lhes o título da área que ocupam, mas não cria qualquer condição ou facilidade de permanência (Figueira, 1986, p. 101-102).

São muitos os episódios marcantes da ‘guerra que veio depois’, e aqui só é possível mencionar alguns. Em 1976, logo após a guerrilha, aconteceu o Conflito de Perdidos, que culminou em confronto dos trabalhadores rurais com a Polícia Militar, que, na época, atuava em estreita colaboração com fazendeiros e grileiros. O conflito se deu em função da tentativa de um grileiro, dizendo-se representante da Fundação Brasil Central<sup>17</sup>, retirar à força 300 famílias de trabalhadores que ocupavam as terras. Os trabalhadores se entrincheiraram para resistir e fizeram fogo contra os policiais militares, matando dois e ferindo

<sup>16</sup> “Os lavradores, apoiados pela CPT, recomeçam um movimento de Oposição Sindical, com a realização de um encontro no Centro de Treinamento Diocesano (CTD), do dia 28 de abril a 1º de maio de 1979. (...) A primeira reunião em que os associados se organizam e se articulam como oposição é em janeiro de 1980” (Figueira, 1986, p. 61-62).

<sup>17</sup> Na verdade, a área havia sido adquirida em 1972, da antiga Fundação Brasil Central, pelo ex-presidente Jânio Quadros, pelo ex-deputado paulista Roberto Cardoso Alves e por José Aparecido de Oliveira (Figueira, 1986, p. 35).

mais dois. Ainda no rescaldo da guerrilha, o Conflito de Perdidos repercutiu intensamente na imprensa, mobilizou autoridades civis, militares e eclesiásticas, e resultou na prisão de, pelos menos, cem trabalhadores, além do padre Maboni e do seminarista Hilário, que foram torturados juntamente com os trabalhadores.

Na sequência, houve o Caso Cajueiro, em 1978, também de grande repercussão, que envolveu os padres franceses Aristides Camio e Francisco Goriou, que foram presos pelo próprio Curió, juntamente com 13 posseiros. Esse período de extrema tensão marcou um confronto aberto entre Igreja e Estado. Houve a chacina da fazenda Ubá, no município de Marabá (PA), em área de castanhais, onde atuou o pistoleiro de triste fama conhecido como 'Sebastião da Terezona'. Outro acontecimento que assinala essa história de violência foi o assassinato do 'Gringo' (Raimundo Ferreira Lima), em maio de 1980, em Araguaína. Gringo liderava importante luta para conquistar o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, retirando-o do controle do pelego Bertoldo. Recentemente, houve o assassinato da irmã Dorothy, que resultou no, até então, único mandante preso de toda essa série de barbaridades, cujo percurso inclui tantos outros casos, como os assassinatos do advogado Paulo Fonteles, do padre Josimo Tavares, dos sindicalistas Expedito Ribeiro de Souza e João Canuto e de tantos outros.

Cerca de mil mortes nessa guerra, da qual a CPT destacou 50 casos ainda abertos com o trabalho de advogados. Cabe notar que, embora o contexto ditatorial dos anos 1970 e 1980 seja politicamente diverso do atual, quando o país experimenta uma lenta construção democrática, a região que foi palco da guerrilha continua assombrada pelo clima de violência.

## **O ARQUIVO DA MEMÓRIA SOCIAL É UM SALDO DO TRABALHO DA OUVIDORIA**

Simple soldados normalmente não deviam participar de inumações, mas aos mateiros correspondia o trabalho

sujo e pesado. No relato da 'Pimenteira', um ex-guia, então colaborador do grupo de trabalho, afirmou que ele próprio participara da abertura de uma cova rasa, cavada com facão: Raimundinho diz que o guerrilheiro conhecido como 'Fogoió' – provavelmente José Huberto Bronca, vice-comandante do Destacamento B – estaria na beira do rio Sororó, na área do Cajueiro. O lugar se chama Pimenteira. Fica nas terras do Zé Almeida, 'fazendeiro grande'. Raimundinho diz que acerta o ponto. Uma versão diz que Fogoió morreria envenenado com o pesticida Aldrim, misturado aos ovos oferecidos por uma moradora. Uma patrulha, guiada por Raimundinho, teria encontrado seu corpo e o enterrado próximo do local, justamente na vertente de uma grota.

Fomos à Pimenteira com o ex-guia para apurar as informações e depois retornamos ao lugar com todo o aparato do grupo de trabalho. Mas, como apontar o local exato, depois de tanto tempo, num ambiente totalmente transformado? O ex-guia gira por ali, vai e vem sem conseguir indicar o local exato. O grupo de trabalho delimita uma área extensa e os geólogos passam o radar de solo para detectar sinais do que poderiam ser restos mortais e, assim, orientar as escavações. A máquina detecta tudo que é sólido debaixo da terra. As áreas de escavação são demarcadas e o grupo nutre expectativas. Vários buracos são abertos no terreno, mas tudo que o radar de solo tinha registrado eram apenas pedras e raízes. O ex-guia fica decepcionado, e nós também.

Vagas informações, covas rasas em solo ácido, submetido anualmente a inundações, queimadas e aragens: como, por exemplo, localizar um lugar chamado 'Dois Coqueiros' se, em vez deles, o que está lá, sobre o pasto, são muitas palmeiras babaçus, que com vigor incrível brotam em solo desmatado? Além das prováveis 'operações limpeza', algumas descritas com riqueza de detalhes, precariamente evidenciadas, contudo, em relatos de ex-soldados e oficiais, que os faziam com lapsos de memória e voluntários acréscimos e omissões. Tudo isso fez difícil o sucesso nas buscas.



Percebendo que, mais do que informações acuradas, estávamos, no trabalho da ouvidoria, colhendo narrativas e estórias, típicas de uma tradição oral que transformou a guerrilha numa lenda, permeada de psicologias que combinam o fato real com elementos da imaginação social, continuamos a ouvir atentamente e a registrar essas estórias. Realizamos dezenas de entrevistas com esse teor, em áudio e vídeo. Algumas com grande carga de emoção, quando, narrando atrocidades, o narrador não conseguia continuar e simplesmente chorava<sup>18</sup>. Esse material compõe agora um arquivo que está sendo sistematizado no Museu Paraense Emílio Goeldi, dentro dos critérios do Projeto Memórias Reveladas, coordenado pelo Arquivo Nacional.

O arquivo “Memória social da Guerrilha e da guerra que veio depois” é saldo de um ano e meio de trabalho, que atenua nosso sentimento de um resultado pouco alentador quanto ao objetivo para o qual o grupo de trabalho fora criado, o de encontrar os restos mortais dos guerrilheiros para que as famílias pudessem enterrar seus entes queridos, conforme nossa tradição cultural. Nesses termos, pífio resultado, anunciado, aliás, desde o início, por Aldo Arantes, na condição de observador independente do grupo de trabalho: se os oficiais, que se faziam chamar ‘doutores’, envolvidos nos últimos momentos da repressão à guerrilha, na ‘reta final’, como ele se referia, de alguma maneira, não fossem arrolados a prestar informações sobre a execução e a ocultação de cadáveres.

A história, que os ‘doutores’ da guerrilha quiseram enterrar, continua aberta. As secas informações, de quem realmente sabe dos fatos, como se pode obtê-

las? E os arquivos em poder do Estado, negados à memória da guerrilha, quando serão abertos? No texto da sentença proferida pela Justiça Federal consta que os familiares que impetraram a ação contra a União “sustentam, contudo, que os mortos eram identificados pelo Exército antes de serem enterrados, que mantém arquivados os dados relativos à identificação e sepultamento dos mortos, compilados em um Relatório Oficial datado de janeiro de 1975, instruído com o nome e a qualificação de todos os guerrilheiros que participaram do movimento” (Salgado, 2003, p. 5)<sup>19</sup>. A sentença do tribunal da OEA condenou o Brasil pela violação do direito de acesso à informação, uma vez que aqui se continua a negar a divulgação e a liberação dos arquivos com informações sobre crimes cometidos durante a ditadura militar. Continua a sentença:

É imperioso indagar-se das autoridades que reprimiram a guerrilha quem eram tais pessoas e o que foi feito de seus corpos. Em que circunstâncias morreram? Onde estão arquivadas as informações a respeito delas? Tratava-se de guerrilheiros ou de moradores da região? Não pode o Exército, sob pretexto algum, esquivar-se de prestar tais esclarecimentos, sob pena de confirmar ter atuado na ilegalidade da clandestinidade. Dispositivo legal algum, nem nenhuma situação de risco à segurança nacional, faculta às Forças Armadas o extermínio, a execução sumária, de pessoas de sua própria nação (Salgado, 2003, p. 28).

## UIESIS E VERSÕES

Nas várias expedições efetuadas pelo Grupo de Trabalho Tocantins, realizamos dezenas de entrevistas com mateiros, compelidos a servir como guias do Exército, ex-combatentes,

<sup>18</sup> “O medo, o espancamento por meio de socos e pontapés, a humilhação e a violência moral foram práticas comuns contra os moradores, pessoas simples que não tinham uma ideia clara dos motivos pelos quais estavam sofrendo tamanha violência. Em virtude desses fatos, ainda impera o medo entre os moradores – muitos têm vergonha de relatar o tipo de constrangimento e violência que sofreram – e poucos aceitam o uso do gravador para a coleta de depoimentos” (Nascimento, 2000, p. 151).

<sup>19</sup> E, ainda, sobre informações retidas, continua o texto da sentença: “O Relatório da Caravana dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, que se encontra às fls. 399/424, contém diversas informações que corroboram suas alegações. Há fortes indícios de que as forças do governo fizeram um levantamento fotográfico completo de todas as suas atividades no combate à guerrilha (fl. 386), desde as operações nos acampamentos, a vida nas cidades e lugarejos, até o registro fotográfico dos corpos de guerrilheiros mortos (fotos de fls. 543/554), que, segundo prova testemunhal, destinava-se a abalar moralmente os presos que com eles colaboravam” (Salgado, 2003, p. 28).

camponeses e moradores locais<sup>20</sup>, procurando alcançar os objetivos estabelecidos pelas portarias do Ministério da Defesa, centradas na busca dos restos mortais, e pela sentença da juíza Solange Salgado, que demanda também as circunstâncias das mortes. Essas entrevistas, realizadas com equipamento de vídeo, reúnem histórias da guerrilha narradas por pessoas que viveram o episódio. São narrativas de valor documental e histórico na medida em que revelam suas feias faces, como torturas contra camponeses e o aviltamento dos índios Suruí, por exemplo.

Em torno de evento tão traumático, principalmente da parte de ex-guias e soldados, colhemos muitos silêncios, já que naquele contexto de brutalidade e barbarismo há fatos inconfessáveis. Entre os processos de indenização deferidos pela Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, há casos chocantes:

O pai da Requerente, Frederico Lopes, foi preso e levado para Araguaína/TO. Os soldados tocaram fogo em sua casa e em tudo que possuíam, obrigando a família a se mudar para a cidade e a abandonar a sua terra. Ainda, o seu pai foi barbaramente torturado, o que o inabilitou para o trabalho. Além disso, enquanto o seu pai esteve preso, a Requerente e sua irmã, Maria Creuza Moraes da Silva, foram obrigadas pelos soldados a trabalhar para o exército no alojamento, sofrendo inclusive abusos sexuais (Brasil, 2009).

O mito do Curió, uma espécie de 'semideus' para muitos que se subordinaram às suas ordens e ainda hoje lhe são fiéis, estabelece um obstáculo para revelações. Alguns ex-guias do Exército mantêm uma relação de cumplicidade e obediência para com ele. Curió é uma onipresença nesse meio. Fomos a Esperantina, no estado de Tocantins, tentar informações com Arlindo Balela, um antigo adepto de Curió. Encontramos um senhor senil, solitário, em uma casa imunda, que nos negou qualquer

informação, repetindo, assombrado, que Curió passava por ali, sobrevoando.

Outro ex-guia, buscado em Serra Pelada (PA), conhecido como Zé Catingueiro, disse ter recebido por telefone autorização de Curió para revelar um ponto de sepultamento em Tabocão. A participação de Catingueiro encheu de expectativas o grupo de trabalho, mas no local que ele apontou nada foi encontrado. Já na oitava de Sebastião Curió, realizada dia 28 de outubro de 2009, na 1ª Vara Federal em Brasília, esse protagonista das duas guerras, a própria guerrilha e a repressão que se seguiu, disse que iria ligar para o general, coordenador da logística do grupo de trabalho, para comunicar a autorização dada a Zé Catingueiro para que este finalmente passasse informações seguras sobre inumações. Curió, mesmo debilitado, ainda exerce influência sobre seus antigos comandados, muitos tratados na 'taca', nome regional para surra. Outros alcançaram o *status* de compadres e amigos e assumem dívida de gratidão por concessões, de terra inclusive, e favores proporcionados por esse chefe poderoso.

O ex-guia 'Pedão' inclui-se na categoria dos que voluntariamente aderiram à caçada empreendida aos guerrilheiros. Entre os ex-guias há uma categoria diferente, daqueles mateiros obrigados a emprestar seus conhecimentos sobre a mata, e alguns até constrangidos ao horror de cortar e carregar cabeças. Pedão tornou-se, depois da guerrilha, a partir de 1975, uma espécie de delegado e prefeito de São Geraldo do Araguaia. De fato, um preposto de Curió, atualmente fazendeiro, que tem rechaçado qualquer possibilidade de contato com o grupo de trabalho. Outro ex-guia, o Zé Guedes, quando perguntado sobre um suposto cemitério próximo à 'casa do Curió', desconversou e disse estar meio surdo e meio cego. Mas parece que apenas quando a questão diz respeito a um possível segredo de Curió, pois, na

<sup>20</sup> No início dos anos 1990, buscando informações para sua dissertação de mestrado, Romualdo Pessoa Campos Filho colheu vários depoimentos de moradores presos e brutalmente torturados pela repressão à guerrilha. Esses depoimentos, que informam o livro que resultou dessa pesquisa (Campos Filho, 1997), coincidem com relatos que obtivemos sobre tortura na base militar de Xambioá, assim como execuções ocorridas ali e no interior da mata a partir do final de 1973, quando se iniciou a terceira campanha.

entrevista, o ex-guia revelou que seus sentidos não estavam tão deficientes assim, ao continuar a conversa e catar no chão um pequeno papel de cigarro. O ex-guia Veloso, por sua vez, definiu a afamada crueldade de Curió, que sustenta o mito e seu poder: “(...) no lugar do coração, Curió tem uma bola de arame farpado” (depoimento pessoal, 2010). Quem faz o que ele não quer entra na ‘peia’, outro nome regional para surra. E o vigor da regra parece perdurar.

Na atmosfera de um acontecimento histórico que ainda reverbera fortemente, colhemos alguns relatos eivados de interesses ligados aos processos em curso. Em 2009, a Comissão de Anistia tomava depoimentos para efeito de reparações e indenizações<sup>21</sup>. Certa ocasião, na sede da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, em São Geraldo do Araguaia, com a presença de representante da Comissão de Anistia, um encontro foi organizado com ex-guias, muitos dos quais nutrindo expectativas quanto à possibilidade de serem favoravelmente enquadrados no processo das indenizações. Cerca de cinquenta ex-guias compareceram e muitos fizeram o seu relato. Naquele encontro, do ponto de vista dos ex-guias, algumas coisas valiam a pena ser ditas, enquanto outras nem tanto, e os ex-guias mediam seus relatos conforme essa avaliação interativa. O grau de envolvimento com os militares, na caçada humana que se tornou a guerrilha, parecia ser um dado que contava naquele contexto. Quase todos afirmaram ter sido fortemente constrangidos a colaborar como guias: “era aceitar ou entrar na taca”. Alguns, valorizando atuações, afirmaram ter viajado de helicóptero, mas se contradisseram depois, avaliando que voar de helicóptero junto com os militares não somava para os propósitos de uma possível indenização. Fato foi que muitas contradições se tornaram patentes naquele encontro.

Com relação àquele grupo de ex-guias, percebemos que as circunstâncias e os processos do presente influenciaram muito tanto a forma quanto o conteúdo das narrativas. Vimos, na prática, como a memória de cada um, ou sua revelação, pode ser afetada pelas circunstâncias, psicologias e interesses dados pelo momento presente. Ecléa Bosi, escrevendo sobre pesquisa em memória social, observa que “tal como o tempo social acaba engolindo o individual, a percepção coletiva abrange a pessoal, dela tira sua substância singular e a estereotipa num caminho sem volta” (Bosi, 2003, p. 53). Importante nesse ponto, para a interpretação que desejamos fazer, é não tratar as reticências, omissões e versões contraditórias como meras subjetividades. Em vez disso, é importante relacionar narrativa e grupo de pertencimento, dentro das circunstâncias de uma história que continua aberta, na medida em que estão abertas as possibilidades de punições e reparações. Para Bosi (2003, p. 54), “o conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado”. Assim, algumas narrativas não se referem apenas ao fato em si, mas dizem respeito também ao vínculo existente entre memória, pertencimento de grupo social e consequências de sua revelação.

Essas percepções encontram eco nas observações do sociólogo Maurice Halbwachs, para quem memória é, antes de tudo, memória coletiva, assim como nas do psicólogo Frederic Bartlett, que viu os processos mentais de lembrança e esquecimento como decisivamente influenciados por interações sociais. Como nos informa Myrian Sepúlveda dos Santos (2003, p. 22), “ambos os autores tiveram o mérito de mostrar, pela primeira vez, a importância de estruturas coletivas e processos interativos nas formas individuais de lembrar”.

<sup>21</sup> Em 18 de junho de 2009, em ato público, a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça anunciava, em São Domingos do Araguaia, a concessão de anistia política a 44 camponeses perseguidos pela repressão militar durante a Guerrilha do Araguaia. Os camponeses anistiados receberão uma prestação mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos, além de valor retroativo que varia entre R\$ 80 mil e R\$ 142 mil. Entre os processos indeferidos pela Comissão da Anistia estão os de soldados que faziam o serviço militar obrigatório, situação que a Comissão considerou não justificar anistia (Ministério..., 2009).

## RELATOS DA GUERRILHA

### O SUPLÍCIO DO CAMPONÊS 'DOTORZINHO' NA BASE DE XAMBIOÁ

Em agosto de 2010, encontramos o camponês 'Dotorzinho' roçando a terra numa fazenda no município de São Domingos do Araguaia. Ele nos contou o que sofreu na base militar de Xambioá:

Fiquei 23 dias preso, apanhando, bebendo água de sal, no formigueiro, junto com o Beca, Zé Maria, Zé Novato, Domiciano, Zé Graça e Raimundo Preto. Fui preso em casa, no Centro Novo, região do Cajueiro, na região de São Geraldo. Chegaram às 10 horas do dia e aí procuraram se o pessoal da mata tinha andado na minha casa. Eu disse: – Andaram... (...) Aí eles falaram se eu podia dar uma palavra na Base de Xambioá. Eram mais ou menos uns 15 soldados, sargento, o doutor chefe, o doutor Jardim. Eu disse: – Posso sim. Aí telefonaram para lá, para o helicóptero me buscar. (...) Troquei a roupa, foi quando ligeiro o helicóptero veio chegando. Embarquei no helicóptero. Quando chegou em Xambioá, com a distância de uma braça do chão, me empurraram. Já cáí nos pés dos homens. Do Romeu, do Magno e do João. Esses eram que ficavam na base só pra bater em gente. Daí pra cá eu não falei mais nada. Era só na pancada e na pesada (depoimento pessoal, agosto de 2010).

Sentado, nu, sobre um formigueiro e obrigado a cortar o talo com que ia ser açoitado, 'Dotorzinho' pagou caro por ter conhecido os guerrilheiros:

Aí, quando eles me deixaram estirado no chão, assanharam um formigueiro de fogo, me mandaram tirar a roupa e me fizeram sentar dentro, amarrado, com os braços pra trás, pra não matar nenhuma. O formigueiro era desse tamanho assim, no pé do pau, e me fizeram nu, amarrado no pau, abraçado pra trás. E aí eles foram me identificar. Eles sentaram lá fora, eu sentado no formigueiro, e o dr. César foi me identificar, me investigar. Foi procurar se eu conhecia o pessoal da mata, se eu conhecia eles. Eu falei que conhecia um bocado deles. Eu conheci o Ari, conheci a Dina, conheci o Osvaldão, e conheci Daniel, o Peri e o Batista também. A Áurea e a Walquíria. Esse pessoal que eu conheci. Aí eles perguntaram o que eu fazia com eles. Só que eles chegavam

com fome, pediam de comer e eu dava. Aí eles procuraram se eu dava coisas para eles. Eu disse que dava não. O que eu fazia com eles era só quando eles chegavam com fome e eu dava de comer, mas mantimento eu não dava não. (...) Aí toda manhã era uma pisa, uma taca, com talo de coco. Nós ia cortar os talos de coco, cada um, para cada um cortar a sua. Depois era açoitado com ela mesmo (depoimento pessoal, agosto de 2010).

Obrigado a se deitar ao lado da cabeça decepada do guerrilheiro Ari, 'Dotorzinho' confirma a história contada pelo camponês Beca:

Aí, quando tava com três dias, chegou essa cabeça. – 'Ei, Dotorzinho, vem cá. Olha aqui'. A cabeça tava bem no chão. – 'Deita do lado da cabeça, bem encostadinho'. Tudo que eles mandavam fazer, tinha que fazer. Aí mandaram abrir o olho da cabeça com o dedo. Fedendo. Aí perguntaram se eu conhecia aquele cara. Eu falei que conhecia, que era o Ari. Eles falaram: 'seu grande amigo'. Não, eu disse. Eles andaram lá em casa, mas meu amigo não era não. – 'Tá conversando ainda cara!' Aí começaram a meter o braço de novo, e pontapé de todo jeito, me chutando. Dr. César, Magno, Romeu, o Magro e o João. Pararam e mandaram eu pegar a cabeça e colocar lá no buraco. O buraco era bem ao lado da cerca de arame da casa que a gente ficava prisioneiro, o curral. Nessa hora, o Beca não estava. Aí, quando eu botei a cabeça do Ari no buraco, aí chamaram o Beca. Aí o Beca veio e perguntaram para ele se conhecia aquele cara. – 'Então você não conhece seu amigo?' O Beca disse que não conhecia. – 'Conhece ou não conhece?' E perguntaram pra mim. Eu disse, fulano de tal. E aí mandaram eu e o Beca botar terra por cima, já tinha mosca voando, tava fedendo, tava podre demais. Aí deixaram lá, daí pra cá eu não sei se botaram outra cabeça. Foi o Beca que cavou o buraco, era fundo, mais ou menos um metro e meio (depoimento pessoal, agosto de 2010).

Motorista de Curió fala de viagens complicadas carregando sacos fedorentos numa Rural.

Valdim Pereira de Souza foi entrevistado em São Geraldo do Araguaia, em maio de 2010:

Minha participação foi a partir de junho de 1975, como militar, soldado, como motorista. Transporteí tropas em caminhões do Exército, às vezes também em carro particular, militares



fardados e à paisana. (...) Fiquei na região até 1986. O que eu sei é o que eu vi. Particpei, em 1975-1976, de algumas viagens meio complicadas, fora de hora, com o Dr. Luchini, que chegava no quartel barbudo. Lugar próximo a Brejo Grande, outro lugar perto da balsa. Ia sempre com ele, em carro descaracterizado. Numa dessas viagens, já em 1976, nós chegamos em Bacaba, à noite, e estava lá o Santa Cruz. Era outro o nome que ele usava que eu não lembro. E eles colocaram dentro do carro um saco do Exército, saco VO, verde oliva, uma lona, colocaram na Rural e aquele material fedia muito. Aquele cheiro horrível dentro do carro. Passamos direto no quartel e a balsa já estava esperando em Marabá, meia-noite, e foi levado esse material para a casa azul. Nessa primeira viagem, era um saco. Na base de Bacaba. O lugar era atrás da casa onde morava o Santa Cruz. Isso foi em 1976, no primeiro semestre. Depois eu fiz mais duas viagens. Então atravessamos e levamos esse saco para a casa azul, onde já tinha um pessoal lá para receber. Naquele tempo, a gente era cego, surdo e mudo. O Luchini foi junto só a primeira vez. Depois eram outras pessoas. Eu já imaginava que fosse osso humano. A gente não é bobo. Tinha sempre uma pessoa que abria o portão para a gente entrar. Era o pé na cova. Era funcionário do DNER. Já morreu. Curiosamente, ele disse: – Sabe o que é isso aí? É osso de gente e é jogado lá no inflamável. [O inflamável] é uma região no rio Tocantins. Era o lugar mais fundo do rio. Tinha até uma lenda de Boiúna, de cobra grande. (...) Nessa primeira vez era um saco maior, das outras duas os sacos eram menores. Sempre de Bacaba. Acho que no primeiro saco tinha mais de uma pessoa. (...) Curió falava: – Você não viu nada, é cego, surdo e mudo. Todas as viagens foram em 1976. Em 1975 a gente levava prisioneiros (Valdim Pereira de Souza, depoimento pessoal, maio de 2010).

## A OPERAÇÃO LIMPEZA, SEGUNDO O CORONEL CABRAL

O coronel aviador Pedro Cabral relata viagens de helicóptero transportando corpos para serem queimados na Serra das Andorinhas. Mas nunca precisou o local exato. Ele afirma que viu desenterrar Chica, a japonesinha, em Bacaba:

Quando chegou o final da caçada humana que houve aqui, faltava um guerrilheiro que não se conseguiu pegar, que foi o Ângelo Arroyo. Veio a ordem de Brasília para encerrar operações e fazer uma limpeza para evitar que jornalistas e outros interessados viessem a descobrir os corpos. Eu fui o último a sair daqui. A gente saía

de helicóptero da comunidade de informações que sabiam onde estavam enterrados. Eles pegavam esses corpos, metiam em sacos e levavam para a Serra das Andorinhas, sempre no mesmo local de difícil acesso. Eu mesmo transporte para a Serra das Andorinhas vários corpos, várias vezes. A gente tocava fogo e voltava para Xambioá e de lá via a fumaça. Foi na parte norte da Serra das Andorinhas. Isso foi em janeiro/fevereiro de 1975. (...) Eu falo isso até com certa emoção. Eu sou evangélico. Se eu disser que não sei, que eu não vi... Porque se eu estiver mentindo não é para o general... mas é para Deus. As coisas mudaram de tal forma que eu não achei o local. Mas o local é numa região da serra, na parte mais norte da serra, onde os paredões são abruptos (Pedro Cabral, depoimento pessoal, 2010).

## OS ÍNDIOS SURUÍ ENTRARAM NA GUERRA

Um documento impressionante foi-nos fornecido pela antropóloga Iara Ferraz. Trata-se de transcrição de entrevista feita em 1975 com os índios Suruí, na qual eles relatam como foram utilizados pelas forças de repressão para caçar guerrilheiros na floresta e depois cortar cabeças:

- Como foi que Suruí entrou?
- Rapaz, vocês conhece a mata, não é?
- Nós conhece.
- Você sabe onde tá terrorista?, ele falou.
- Sabe sim!

(...)

Eles matava e muito... Carregava pro São Raimundo, enterrava lá, bem aí. Mas já carregou osso, levou agora o osso deles. Era homem, mulher, tudo misturado. A Dina... diz que era baiana, sei não. Ela foi pegada lá em Marabá. Ela ia atravessar pro São Félix. O Osvaldão morreu sozinho, foi ali. Nós vimo lá no São Raimundo, morto, pendurado pela perna no 'haricopi', por corda. Rapaz! Era fogo mesmo!

(...)

Nós tava lá no São Raimundo. Matava primeiro e depois cortava o pescoço, soldado. Arekasu mesmo, ele ajudou ele. Arekasu pegou na mão dele pra cortar... mas é feio, rapaz! Foi ele mesmo que mandou: cortava a cabeça e levava pro São Raimundo pra tirar retrato.

(...)



Foi tudo preso, tudinho, tudinho... Bateram, bateram... Aí nós amarremo ele no pescoço, e assim na mão, cruza até aqui nas perna. Aí amarremo lá em cima. Aí o cara tava à altura conversando.

– O que tu deu pra ele?

(...) Soldado falou pra ele e levou logo peixeira na testa dele. Tec! Daí começou:

– Conta aí, nego velho, pra mim o que que tu deu?

– Ele convidou pra mim fazer paiol na mata pra ele, paiol de farinha, ele disse.

– Foi!! Como é que tu tava mentindo pra mim, rapaz? Tu disse que num teve nada! (...) Aí bateu com o chicote, tá... tá... Aí ele contou tudinho<sup>22</sup>.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerrilha e o que a ela se seguiu são histórias abertas, conforme o conceito de Walter Benjamin, no sentido de que seus fatos, memórias e interpretações ensejam novas histórias. Quiçá as memórias e as interpretações ensejem ações capazes de romper o *continuum* da história. São muitos os que não se conformam com o curso linear e devastador do 'progresso', assim como ele avança na região que foi palco da guerrilha e continua sendo palco de uma guerra. A 'segunda guerra', conforme nos ensina dona Domingas, antiga moradora de São Geraldo do Araguaia, impõe uma rotina de sofrimentos na forma de perseguições, ameaças, trabalho escravo e assassinatos, para quem se coloca no caminho do 'progresso'.

Uma 'segunda guerra' sucedeu a guerrilha, inclusive com severa repressão da sua memória. A recuperação da memória social da guerrilha e da guerra que veio depois, assim como a difusão desse conhecimento, é agora intento do arquivo organizado no Museu Paraense Emílio Goeldi, que vem se somar ao esforço de jornalistas, pesquisadores e outros centros de memória. Esse artigo procura trazer à tona o trabalho que gerou um acervo e os conteúdos de algumas das suas narrativas. A ideia do arquivo é disponibilizar para o público em geral todo o material coletado – entrevistas, mapas, croquis e documentos –, em

forma digitalizada. Esse arquivo deve estar conectado com outros arquivos e centros de memória que já existem ou que estão sendo implantados no país, como é o caso do Memorial da Anistia Política, em Belo Horizonte. E deve articular-se com esforços de preservação da memória que estão sendo empreendidos na região, como são os casos do pequeno Museu da Guerrilha do Araguaia, em São Geraldo do Araguaia, e do Instituto de Apoio aos Povos do Araguaia (IAPA), em Xambioá.

A Guerrilha do Araguaia marca um forte fator de identidade na região. Xambioá, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Brejo Grande, Palestina e mesmo Marabá têm identidade para com a guerrilha e suas várias histórias e personagens. Quando as pessoas rememoram o fato, que significou para elas uma experiência psicológica profunda, parecem praticar uma espécie de terapia, ao jogar luz sobre uma história que é pública e é também biográfica. Alguns se emocionam, não conseguem continuar quando falam de atrocidades. Outros mostram certa perplexidade, porque depois da guerra, que é como eles se referem à guerrilha, houve outra guerra, que mobilizou intensa repressão contra posseiros, sindicalistas, advogados e religiosos, com muitos mortos e desaparecidos. E estes, que somam centenas, ficarão esquecidos? O 'progresso' avança na região e a seus patrocinadores interessa olhar só para frente. Para a maioria da população, a realidade hoje continua ligada ao passado, e não é boa.

Fatos infames da guerrilha, como torturas, execuções, ocultação e eliminação de restos mortais, dificilmente serão confessados por quem os cometeu, mesmo porque ninguém é obrigado a criar provas contra si mesmo. Entretanto, sentindo-se acobertado por uma polêmica Lei da Anistia, o tenente Vargas, condecorado com a Medalha do Pacificador com Palma, mostra recorte de jornal onde ele conta detalhes da tortura que comandou sobre um camponês. Numa oitava em São Geraldo do Araguaia, o tenente contradisse o coronel aviador Cabral, a quem

<sup>22</sup> Trechos de entrevista colhida pela antropóloga Iara Ferraz, provavelmente em 1985.

chamou de mentiroso, dizendo que não havia pista de pouso na base de Bacaba. Contudo, imagens do Landsat, de 3 de agosto de 1973, mostram que a pista estava lá. O tenente diz que Curió era próximo dele: “ele adorou meu grupo”. Diz que está escrevendo um segundo livro, onde revelará coisas inéditas. A guerrilha continuará ensejando histórias duvidosas.

O tempo, covas rasas, corpos insepultos conforme certos relatos, diversionismos preparados pelas equipes militares, informações no gênero ‘eu ouvi dizer’, meras suposições, mas também constrangimentos, medos, interesses pessoais, intrigas, omissões, imprecisões e reticências minam a confiabilidade de muitas das narrativas colhidas de mais de cem colaboradores ouvidos sobre os supostos locais de sepultamento e as circunstâncias das mortes. É preciso relativizar as falas, assim como é importante enquadrar as narrativas no contexto histórico de agora, que confere novos significados aos fatos. Os filtros ideológicos de hoje são diferentes daqueles que foram impostos na ‘taca’ e na ‘peia’, quarenta anos atrás. De um episódio tão traumático, que vincula memória e ideologia, memória e interesses, memória e receios, inclusive quanto a circunstâncias do presente, é difícil extrair uma Verdade, assim, com o V maiúsculo. Conseguimos várias versões e sabemos de algumas coisas. A guerrilha existiu e nela foram cometidos crimes ignóbeis. Mas não sabemos se haverá meios legais para punir os torturadores. Restará a indignação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Sezostrys. **Documentos comprovam o sistema de controle imposto aos camponeses do Araguaia**. Blog do Paulo Fonteles Filho, 25 nov. 2010. Disponível em: <<http://paulofontelesfilho.blogspot.com/2010/11/documentos-comprovam-o-sistema-de.html>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

AVELLAR, José Carlos. A teoria da relatividade. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Anos 70**: ainda sob a tempestade. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2005. p. 337-373.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. **Processos de Deferimento**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à Memória e à Verdade**. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá**: Guerrilha do Araguaia. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O coronel rompe o silêncio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CLOVIS, Moura. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo**: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

FONTELES FILHO, Paulo. **A Primeira Caravana ao Araguaia**. Parte I, 16 fev. 2011. Disponível em: <<http://paulofontelesfilho.blogspot.com/2011/02/primeira-caravana-ao-araguaia.html>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRABOIS, Victória. A verdade sob os refletores. **Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais**, Rio de Janeiro, ano 24, n. 72, jul. 2010. Disponível em: <[http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm\\_72/artigo.html](http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_72/artigo.html)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINISTÉRIO da Justiça concede anistia a 44 camponeses perseguidos pela ditadura durante a Guerrilha do Araguaia. São Paulo, 18 jun. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/06/18/ult5772u4396.jhtm>>. Acesso em: 9 dez. 2009.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A Guerrilha do Araguaia**: paulistas e militares na Amazônia. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1986.



QUADROS, Vasconcelo. Araguaia. Tenente admite na Câmara que torturou guerrilheiros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 fev. 2009. Disponível em: <<http://armazemmemoria.blogspot.com/2008>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

RIBEIRO JR., Amaury. A ordem é matar. **Isto É online**, 24 mar. 2004. Disponível em: <[http://www.terra.com.br/istoe-temp/1798/brasil/1798\\_especial\\_a\\_ordem\\_e\\_matar.htm](http://www.terra.com.br/istoe-temp/1798/brasil/1798_especial_a_ordem_e_matar.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2011.

SALGADO, Solange. **Sentença: Guerrilha do Araguaia**. Indicação de sepultura, atestados de óbito e exibição de documentos. Poder Judiciário. Justiça Federal de 1ª. Instância. Seção Judiciária do Distrito Federal. 30 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/brazil/doc/araguaia.html>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SERRA Pelada, esperança não é sonho. Direção de Priscilla Brasil. Belém: Greenvision, 2007. 1 DVD (52 min.), son., color.

STUDART, Hugo. **A Lei da Selva**: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2009.